

Mapfre Capitalização S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2026

Mapfre Capitalização S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de junho de 2026

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	7
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balanços patrimoniais.....	11
Demonstrações de resultados.....	12
Demonstração do resultado abrangente.....	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	14
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto.....	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	16
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria.....	48

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras intermediárias relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026 da Mapfre Capitalização S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Receitas de títulos de capitalização

No primeiro semestre de 2026, as receitas com títulos de capitalização alcançaram R\$ 73,4 milhões, registrando crescimento de 4,7% em comparação ao mesmo período de 2025, equivalente a um acréscimo de R\$ 3,3 milhões. O resultado reflete o fortalecimento das parcerias na modalidade de incentivo, que impulsionaram o volume de novas emissões ao longo do período.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no semestre findo em junho de 2026 totalizaram R\$ 5,9 milhões, aumento de R\$ 563 mil em relação ao ano anterior. O crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo reajuste das despesas com pessoal decorrente do dissídio salarial e pelo aumento dos custos com serviços de terceiros em razão dos efeitos inflacionários.

Resultado financeiro

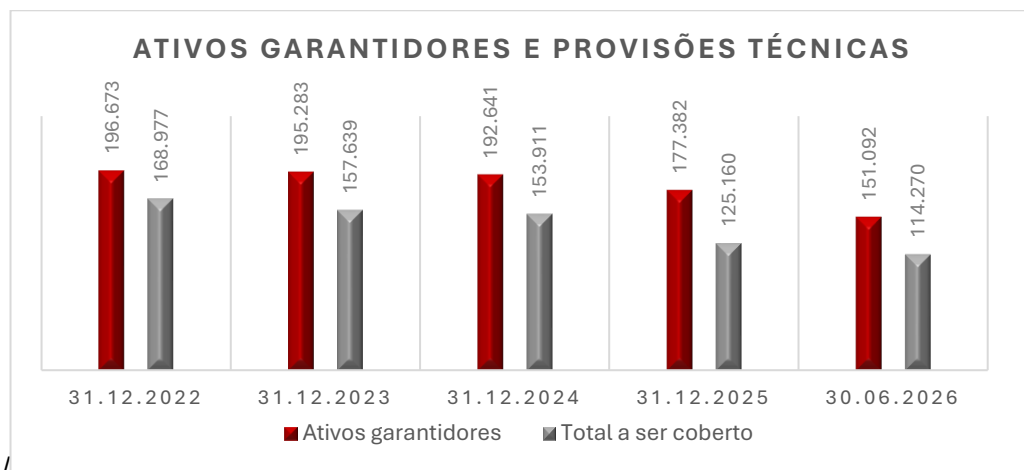
O resultado financeiro totalizou R\$ 6,5 milhões, uma redução em relação ao primeiro semestre do ano anterior, equivalente a um decréscimo de R\$ 189 mil.

Resultado do semestre

O resultado totalizou no primeiro semestre de 2026 um lucro de R\$ 3,7 milhões, o que representa uma redução de R\$ 619 mil em relação ao mesmo período de 2025, decorrente principalmente do aumento das despesas administrativas e piora do resultado financeiro.

Declaração de capacidade financeira

A Mapfre Capitalização S.A. tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da Mapfre Capitalização S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de investimentos, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Mapfre e orienta a forma como a Companhia gera valor para a sociedade, impulsionando negócios mais perenes e responsáveis. Por meio de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade, a Mapfre promove iniciativas que integram, de forma contínua, os compromissos de sustentabilidade às suas operações, produtos e parcerias.

Com o objetivo de incorporar os aspectos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) ao negócio, a Mapfre desenvolveu o projeto Corretor Sustentável, uma iniciativa pioneira voltada ao engajamento dos corretores de seguros em sua jornada de sustentabilidade. O projeto foi criado para incentivar a adoção de práticas sustentáveis no dia a dia dos parceiros comerciais, reconhecendo o papel estratégico dos corretores como agentes de transformação junto aos clientes e às comunidades onde atuam.

Nesse contexto, a Mapfre também prioriza o desenvolvimento de seguros inclusivos como parte de sua estratégia de negócios. O objetivo é contribuir para a ampliação do acesso à proteção financeira por diferentes perfis da população. Esses produtos buscam atender às necessidades específicas de grupos que enfrentam maiores barreiras de acesso ao mercado segurador, promovendo inclusão, acessibilidade securitária e maior resiliência financeira diante de imprevistos.

Por meio dessas iniciativas, a Mapfre reafirma seu compromisso de gerar impacto positivo para a sociedade, contribuindo para um setor de seguros mais acessível, resiliente, responsável e alinhado aos desafios do desenvolvimento sustentável."

FUNDACIÓN Mapfre

A *Fundación* Mapfre atua no Brasil com o objetivo de promover qualidade de vida e contribuir para o progresso social, por meio de iniciativas estruturadas nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguros e Previdência, Ação Social e Cultura. Sua atuação é fortalecida por parcerias com órgãos públicos, universidades, centros de pesquisa, Secretarias de Educação, Prefeituras, Departamentos Estaduais de Trânsito e instituições estratégicas, permitindo ampliar o alcance dos programas e adaptar as ações às necessidades de diferentes territórios.

No primeiro semestre de 2026, mais de 285 mil pessoas foram beneficiadas pelas iniciativas realizadas no país. Entre os principais destaques do período, estão a expansão dos programas educativos, o avanço de estudos e pesquisas em parceria com instituições de referência, a promoção da educação financeira e securitária entre jovens, o apoio a projetos sociais e a valorização de iniciativas de inovação social com potencial de impacto.

Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias e, dar confiabilidade às práticas adotadas, e os resultados obtidos são informados às áreas e aos Comitês. Os testes referem-se: ao acompanhamento de novas

regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção à lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO Mapfre, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612 de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

A Administração reafirma o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação à segurança dos dados, governança e gestão da informação robusta e fortalecida têm sido um dos focos de atuação do GRUPO Mapfre, alinhadas à nova Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da

Mapfre Capitalização S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Mapfre Capitalização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mapfre Capitalização S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão matemática para resgates dos títulos de capitalização (PMC)

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mantém a provisão matemática de capitalização (PMC), relacionada ao resgate de títulos de capitalização, nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026, conforme divulgada nas notas explicativas 3(e) e 12. Para mensurar a referida provisão, a Companhia utiliza-se de percentuais definidos nas condições gerais dos produtos de capitalização, aplicados sobre os valores de arrecadações registrados no período, adicionado a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos a avaliação da mensuração da Provisão Matemática de Capitalização (PMC), como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras intermediárias.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de parametrização do cálculo da PMC no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto, processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates; (ii) confronto dos totais das bases analíticas de arrecadações emitidas e de resgates pagos no período, bem como dos montantes de atualização monetária e juros reconhecidos, com o fluxo de movimentação da PMC e respectivos saldos contábeis; (iii) recálculo da constituição da PMC conforme informações das condições gerais dos produtos de capitalização; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas para capitalização, como valores de arrecadação emitidas e de resgates pagos, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes e comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Carolina Maciel Messias dos Santos

Contadora CRC 1SP246031/O-8

Mapfre Capitalização S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		153.068	161.074
Disponível	5	9	3
Caixa e bancos		9	3
Equivalentes de caixa	5	51	97
Aplicações	6	149.631	153.071
Outros créditos operacionais		5	-
Títulos e créditos a receber		3.336	7.897
Títulos e créditos a receber	7	2.428	7.370
Créditos tributários e previdenciários	17b	117	2
Outros créditos		791	525
Despesas antecipadas		36	6
Ativo não circulante		3.026	26.416
Realizável a longo prazo		2.982	26.306
Aplicações	6	1.461	24.311
Títulos e créditos a receber		1.521	1.995
Créditos tributários e previdenciários	17b	1.521	1.995
Intangível	8	44	110
Outros intangíveis		44	110
Total do ativo		156.094	187.490
Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		123.094	143.412
Contas a pagar		8.354	17.789
Obrigações a pagar	9	3.338	10.211
Impostos e encargos sociais a recolher		856	1.115
Encargos trabalhistas		2.870	2.174
Impostos e contribuições	10	1.290	4.289
Débitos de operações com capitalização	11	465	463
Débitos operacionais		465	463
Depósitos de terceiros		5	-
Provisões técnicas - capitalização	12	114.270	125.160
Provisão para resgates		99.853	108.138
Provisão para sorteio		11.036	13.997
Provisão de receitas diferidas		3.381	3.025
Passivo não circulante		104	134
Outros débitos		104	134
Provisões judiciais	14	104	134
Patrimônio líquido	15	32.896	43.944
Capital social	15a	15.000	15.000
Reservas de lucros	15b	14.521	29.521
Ajustes de avaliação patrimonial	15c	(309)	(577)
Lucros acumulados		3.684	-
Total do passivo e patrimônio líquido		156.094	187.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
(+) Receita com títulos de capitalização		73.382	70.096
(+) Contribuição com títulos de capitalização	16a	73.382	70.096
(+) Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio		65.497	62.556
(+) Contribuição - Quotas de carregamento		7.885	7.540
(+/-) Variação da receita diferida	16b	(356)	720
(+/-) Variação da provisão para resgate	16c	(56.715)	(54.139)
(+/-) Variação da provisão de sorteios	16d	(8.717)	(8.530)
(-) Custo de aquisição	16e	(1.768)	(1.539)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	16f	631	15
(+) Outras receitas operacionais		640	30
(-) Outras despesas operacionais		(9)	(15)
(-) Despesas administrativas	16g	(5.941)	(5.378)
(-) Pessoal próprio		(3.281)	(2.869)
(-) Serviços de terceiros		(981)	(917)
(-) Localização e funcionamento		(259)	(271)
(-) Publicações		(5)	(103)
(-) Donativos e contribuições		(18)	(17)
(-) Despesas administrativas diversas		(1.397)	(1.201)
(-) Despesas com tributos	16h	(585)	(600)
(+) Resultado financeiro	16i	6.483	6.671
(+) Receitas financeiras		10.656	11.289
(-) Despesas financeiras		(4.173)	(4.618)
(=) Resultado operacional		6.414	7.316
(=) Resultado antes dos impostos e participações		6.414	7.316
(-) Imposto de renda	17a	(1.505)	(1.721)
(-) Contribuição social	17a	(927)	(1.070)
(-) Participações sobre o lucro		(298)	(222)
(=) Lucro líquido do semestre		3.684	4.303
(/) Quantidade de ações	15a	13.846.989	13.846.989
(=) Lucro líquido por ação - R\$		0,27	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Capitalização S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Lucro líquido do semestre		3.684	4.303
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		268	793
Variação no valor justo dos ativos financeiros	6e	428	1.317
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		(4)	3
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	17b	(156)	(527)
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos		3.952	5.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento			
Saldo em 1º de janeiro de 2025		15.000	2.857	19.194	(1.797)	-	35.254
Variação no valor justo dos ativos financeiros	15c	-	-	-	790	-	790
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		-	-	-	3	-	3
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	4.303	4.303
Saldo em 30 de junho de 2025		15.000	2.857	19.194	(1.004)	4.303	40.350
Saldo em 1º de janeiro de 2026		15.000	3.000	26.521	(577)	-	43.944
Variação no valor justo dos ativos financeiros - VJORA	15c	-	-	-	272	-	272
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		-	-	-	(4)	-	(4)
Dividendos intermediários AGE de 1º de junho de 2026	15d	-	-	(15.000)	-	-	(15.000)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	3.684	3.684
Saldo em 30 de junho de 2026		15.000	3.000	11.521	(309)	3.684	32.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Capitalização S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre		3.684	4.303
Ajustes para:		69.587	67.059
Depreciações e amortizações	8	66	123
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		(4)	(3)
Variação das provisões técnicas - capitalização	12	69.227	66.429
Variação das provisões judiciais	14b	(28)	32
Tributos diferidos		326	478
Variação nas contas patrimoniais:		(50.816)	(68.434)
Aplicações financeiras		26.718	12.992
Outros créditos operacionais		(5)	4
Créditos tributários e previdenciários		(123)	(7)
Despesas antecipadas		(30)	(3)
Outros ativos		4.676	(2.487)
Obrigações a pagar		(4.431)	2.455
Impostos e contribuições		2.054	2.333
Débito de operações com capitalização		2	(191)
Provisões técnicas - capitalização	12	(80.117)	(82.947)
Provisões judiciais	14b	(2)	(40)
Outros passivos		442	(453)
Caixa gerado pelas operações		22.455	3.018
Imposto de renda sobre o lucro - pago		(2.942)	(1.325)
Contribuição social sobre o lucro - paga		(2.111)	(857)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		17.402	836
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	15d	(17.442)	(832)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(17.442)	(832)
(Redução)/Aumento líquido(a) de caixa e equivalente de caixa		(40)	4
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	5	100	59
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	5	60	63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

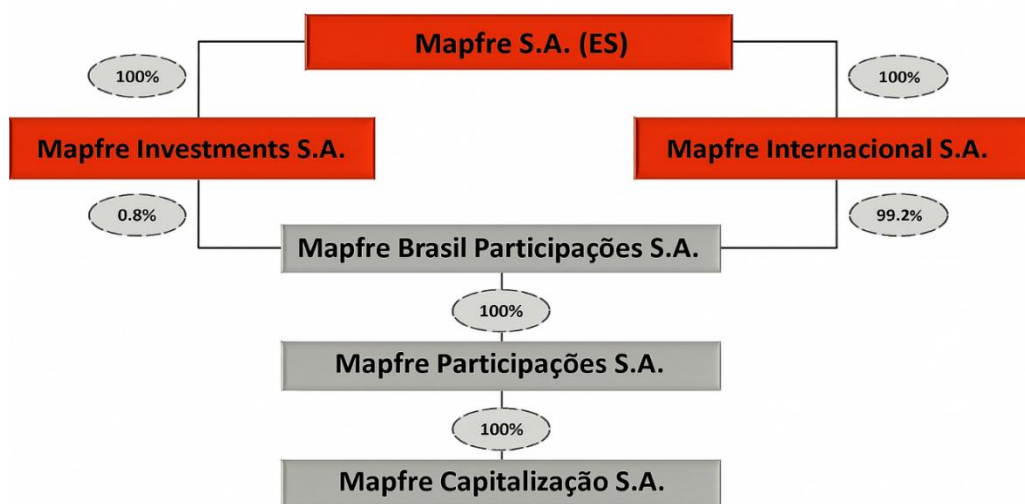
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mapfre Capitalização S.A., doravante designada por “Companhia”, é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e cadastrada no CNPJ nº 09.382.998/0001-00.

A Companhia é integrante do GRUPO Mapfre, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Companhia é a Mapfre Participações S.A., e o controlador em última instância é a Mapfre S.A. (ES).

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO Mapfre, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO Mapfre.

Em 30 de junho de 2026, o GRUPO Mapfre apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

a) Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 – Demonstração Intermediária.

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2026.

b) Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dos ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com os pronunciamentos do CPC, referendados pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas para a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

i. Julgamentos:

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos na demonstração financeira intermediária incluída na seguinte nota explicativa:

- Notas 3f - Provisões, passivos e ativos contingentes - requer julgamento na avaliação da existência de obrigação presente e classificação das perdas.

ii. Incertezas sobre premissas e estimativas:

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da demonstração financeira intermediária, que possuem risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

- Nota 6 – Aplicações - requer a utilização de técnicas de avaliação e premissas de mercado para instrumentos financeiros sem preços observáveis em mercados ativos;
- Notas 12 - Provisões técnicas - requer a utilização de premissas atuariais e na avaliação da suficiência dos passivos; e
- Notas 14 - Provisões judiciais - a mensuração requer julgamento quanto à probabilidade de perda e à estimativa dos desembolsos necessários para a liquidação das respectivas obrigações.

e) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes.

Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

f) Novas normas e interpretações, ainda não adotadas

• Reforma Tributária sobre o Consumo

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, estabelece a substituição do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do ICMS e do ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da extinção do IOF incidente sobre operações de seguros. A nova sistemática tributária adota o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual, fundamentado nos princípios da ampla base de incidência, da não cumulatividade, da transparência e da tributação no destino.

A apuração da CBS e do IBS será realizada com base nas informações constantes dos documentos fiscais eletrônicos, observadas as disposições aplicáveis ao regime geral e ao regime específico das atividades financeiras e securitárias, conforme previsto na nova sistemática tributária.

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela publicação da primeira versão dos regulamentos da CBS e do IBS. Nesse contexto, a Companhia realizou o mapeamento dos principais impactos da Reforma Tributária do Consumo nos âmbitos tecnológico, operacional, fiscal, contábil e de obrigações acessórias, promovendo discussões internas e iniciativas preparatórias para a adequação ao novo modelo. No segundo semestre de 2026, os esforços estarão concentrados no detalhamento e na implementação das adaptações necessárias, em paralelo à evolução das discussões de mercado e ao processo de consolidação da regulamentação da CBS e do IBS.

Até 30 de junho de 2026, os efeitos decorrentes desses eventos não são passíveis de reconhecimento ou mensuração contábil nas presentes demonstrações financeiras intermediárias, permanecendo a Companhia em acompanhamento contínuo da evolução da regulamentação aplicável.

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

- **CPC 51- Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis**

CPC 51 - IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: em abril de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o IAS 1 – *Presentation of Financial Statements* (correspondente, no Brasil, ao CPC 26 – *Apresentação das Demonstrações Contábeis*).

O novo pronunciamento introduz três principais mudanças: (i) a exigência de classificação das receitas e despesas em categorias específicas na demonstração do resultado — operacional, investimento e financiamento —, com a apresentação de subtotais obrigatórios, entre eles o "resultado operacional" e o "resultado antes das despesas financeiras e dos tributos sobre o lucro"; (ii) a exigência de divulgação, em nota explicativa específica, das medidas de desempenho definidas pela administração (*management-defined performance measures*), incluindo sua reconciliação com os subtotais requeridos pelas normas contábeis; e (iii) o aprimoramento dos princípios de agregação e desagregação de informações nas demonstrações contábeis e em notas explicativas.

O CPC 51 - IFRS 18 tem vigência obrigatória para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. O pronunciamento ainda não foi referendado pela SUSEP, órgão do qual depende sua aplicabilidade obrigatória às sociedades seguradoras.

A Administração registra que não pretende implementar a recomendação para fins de atendimento regulatório das demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não identifica exigência normativa específica nesse sentido. Não obstante, realizará uma avaliação dos potenciais impactos da matéria no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas das entidades das quais participa, considerando os requisitos de reporte e divulgação aplicáveis.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Ativos financeiros

- **Mensuração e classificação**

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o modelo de negócios da Companhia e com as características contratuais dos seus fluxos de caixa, mediante avaliação de que os pagamentos previstos representam exclusivamente principal e juros - teste conhecido como *Solely Payment of Principal and Interest* (SPPI).

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, acrescido dos custos de transação, exceto nos casos em que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são registrados diretamente no resultado.

Os principais ativos financeiros da Companhia são títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias:

i. Mensuradas a custo amortizado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo (a) mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (b) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros (*SPPI - Solely Payment of Principal and Interest*).

ii. Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Compreende os ativos financeiros que atendam ao critério do teste *SPPI* (*Solely Payment of Principal and Interest*), cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Os ativos contabilizados como VJORA devem ser registrados ao valor justo no balanço patrimonial. Os juros calculados pela taxa efetiva são registrados no resultado e a variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é registrada contra o patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("*impairment*").

iii. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As cotas de fundos de investimentos, por serem um ativo que naturalmente não atende aos critérios de *SPPI* (*Solely Payment of Principal and Interest*), são classificados como VJR.

• **Determinação do valor justo**

Valor justo é definido como o preço que seria recebido pela venda de um ativo, ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Para ativos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço, o valor justo é determinado com base no preço de mercado cotado ou na cotação de balcão correspondente (preço de venda para posições compradas e preço de compra para posições vendidas), sem qualquer dedução de custos de transação.

Quando não há preço de mercado disponível para determinado instrumento financeiro, o valor justo é estimado pelo custodiante por meio de técnicas de avaliação amplamente aceitas no mercado financeiro, considerando as características específicas do instrumento e refletindo adequadamente os diversos riscos a que está exposto.

Entre os principais métodos de valoração, destacam-se: modelo de fluxo de caixa descontado; comparação com instrumentos financeiros similares negociados em mercados com preços observáveis; modelos de precificação de opções; modelos baseados em risco de crédito; e outras metodologias reconhecidas de avaliação.

c) Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 – Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os *déficits* de caixa) ao longo da vida esperada do ativo financeiro.

O *déficit* de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito pode ocorrer pelo aumento da aversão ao risco ou *default*, mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato.

A provisão para perdas de crédito de um ativo financeiro é mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 (doze) meses. No entanto, se na data do balanço o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas baseia-se em perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato, de acordo com a metodologia ECL considerando as variáveis como "*Recovery Rate*", "*Loss Given Default*" e "*Probability Default*".

A calibração de probabilidades de inadimplência é com base na agência Bloomberg para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros, representados por títulos públicos, onde apresentam um baixo risco de perdas a carteira da Companhia.

Uma vez que é identificada uma evidência objetiva de desvalorização, a Companhia utiliza o método da perda esperada com dados específicos de cada *ISIN* (*International Securities Identification Number*). O cálculo é realizado para os ativos financeiros classificados nas categorias contábeis valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

ii. Ativos não financeiros

Os valores dos ativos não-financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

d) Intangível

Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerada a viabilidade econômica.

As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas.

A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 8.

e) Provisões técnicas

As provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, foram elaboradas em todos os aspectos de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

A Provisão Matemática para Capitalização - PMC é constituída para cada título em vigor ou suspenso e considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo ajustada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no respectivo plano até o resgate ou cancelamento do título em conformidade com a nota técnica atuarial do plano.

Taxas e carregamento dos principais títulos

Processo Susep	Tipo	% Carregamento	Taxa % a.a.
15414.901962/2019-10	Prêmio Único	7,46	8,08
15414.901957/2019-07	Prêmio Único	7,18	6,17
15414.901384/2018-22	Prêmio Único	16,46	1,94
15414.902004/2019-58	Prêmio Único	5,79	6,17
15414.901388/2018-19	Prêmio Único	2,00	4,28
15414.606403/2021-13	Prêmio Único	9,93	4,28

A Provisão para Resgate - PR é constituída para cada título vencido ou resgatado antecipadamente. Seu saldo é atualizado pelo indexador do respectivo plano de capitalização, à taxa de remuneração da caderneta de poupança - TR, desde a data do evento gerador do resgate ou da distribuição de bônus até a data do efetivo pagamento.

A Provisão para Sorteios a Realizar - PSR é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. Seu valor é calculado pela multiplicação da cota de sorteio e valor do pagamento.

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

A Provisão para Sorteios a Pagar - PSP é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.

A Provisão Complementar de Sorteios - PCS é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar. A provisão representa a diferença positiva entre o valor esperado dos sorteios a realizar e o valor da Provisão para Sorteios a Realizar – PSR, conforme cálculo descrito em nota técnica atuarial.

A Provisão para Distribuição de Bônus - PDB é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, calculada para cada título (cujo plano estabeleça a distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes.

A Provisão de Receitas Diferidas – PRD, é o diferimento de receitas dos títulos de capitalização gerada pela quota de carregamento dos planos. A quota de carregamento do título é um percentual do pagamento destinado aos custos de despesas com corretagem, colocação e administração do Título de Capitalização, emissão, divulgação e lucro da sociedade de capitalização, seguindo o estudo técnico e a nota técnica atuarial.

f) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação.

As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Companhia e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função da natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudência dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável a saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes forem mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

g) Benefícios aos empregados

i. Obrigações de curto prazo

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa na medida em que o serviço é prestado.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos empregados e Administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

ii. Obrigações com aposentadorias

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela Mapfre Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados, considerado o salário-base de contribuição do participante e a Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

iii. Outros benefícios pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa calculados e provisionados. Não houve provisionamento para o semestre.

iv. Plano de Incentivo de Médio Prazo do GRUPO Mapfre

A Companhia participa do Plano de Incentivo de Médio Prazo do GRUPO Mapfre, administrado pela Mapfre S.A. (ES) e destinado a determinados executivos e profissionais-chave. O Plano contempla componentes em espécie e componentes vinculados a ações da controladora, condicionados ao cumprimento de requisitos de permanência e desempenho ao longo de ciclo plurianual de três anos. Os participantes recebem inicialmente unidades representativas do incentivo, cuja liquidação ocorre de acordo com as condições previstas no regulamento do Plano.

Os custos relacionados ao componente baseado em ações atribuível aos participantes vinculados à Companhia são posteriormente repercutidos pela Mapfre S.A. (ES) mediante faturamento específico. Em razão dessa sistemática, esse componente do Plano é contabilizado pela Companhia como pagamento baseado em ações liquidado em caixa (*cash-settled*), em conformidade com o CPC 10 (R1).

A obrigação relacionada ao Plano é revisada periodicamente com base nas estimativas de atingimento das condições de desempenho e permanência dos participantes elegíveis. Para fins de reconhecimento contábil, a Companhia utiliza as informações e estimativas fornecidas pela MAPFRE S.A. (ES), Administradora do Plano, refletindo a melhor estimativa da obrigação na data de reporte.

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

h) Operações de capitalização

Para as operações de capitalização, o fato gerador da receita é: a) o recebimento ou a informação sobre o recebimento das contribuições; e b) o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico para a quota de carregamento.

i) Custo de aquisição

É composto substancialmente por valores referentes às comissões e angariações relativas à comercialização de títulos de capitalização, sendo a apropriação ao resultado diferida dentro da PRD, conforme estudo técnico atuarial.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluídas as aplicações classificadas como ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem a atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 120 mil no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

O tributo diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecido no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desse ativo.

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se forem relacionados com o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido lançados pela mesma autoridade tributária para a mesma entidade sujeita à tributação.

I) Participações nos lucros

A Companhia registra, mensalmente, a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido alguma mudança significativa na política de remuneração. O valor é atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustado posteriormente para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Gestão de capital.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades à utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Companhia conta com um processo de gestão de riscos em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrangem desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da Mapfre estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de 3 (três) linhas de defesa, envolvendo todo o Grupo Mapfre Brasil incluindo as empresas do conglomerado como a Mapfre RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo:

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

- a) Primeira linha: composta por empregados, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos.
- b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros, que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos.
- c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos.

A Gestão de Riscos no GRUPO Mapfre Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de riscos, vigilância e notificação de exposição a riscos.

A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos.

A partir da avaliação dos principais riscos, são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo.

Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Companhia investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de Cultura de Riscos e Controles.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO Mapfre conta com os seguintes Órgãos de Governança:

- **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração, deliberação e supervisão das atividades no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governança do Grupo. Ao Conselho de Administração compete aprovar os objetivos gerais do negócio, os planos estratégicos para alcançá-los, bem como seus orçamentos anuais e planos de investimentos, as políticas e diretrizes gerais, sempre

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

visando os melhores interesses do Grupo Mapfre e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente;

- **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- **Comitê de Riscos:** o Comitê de Riscos é um órgão colegiado, de natureza permanente e caráter consultivo, vinculado à Diretoria de uma empresa do GRUPO Mapfre na supervisão e gestão dos riscos relevantes que possam afetar o conglomerado supervisionado, em conformidade com a Resolução CNSP nº 467/2024 e demais normativos internos. Sua finalidade é apoiar a Diretoria no desempenho das atribuições relativas à gestão de riscos da Mapfre.
- **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos corporativos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da Companhia;
- **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as empresas do GRUPO Mapfre no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO Mapfre. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessora no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO Mapfre; e

O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo.

O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Risco de subscrição

Para os títulos de capitalização as premissas são baseadas nas experiências atuariais da carteira para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio, que implica na possibilidade de a Companhia pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas. A Companhia realiza controle junto aos Subscritores para avaliação do risco das séries não comercializadas integralmente, recebendo, antecipadamente aos sorteios a base dos títulos comercializados e que serão elegíveis aos sorteios.
- Risco de persistência ou comportamento, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. A Administração avalia que a probabilidade de ocorrência desse tipo de risco é reduzida uma vez que, comportamento de inadimplência é mais acentuada na modalidade “popular” onde a Companhia não opera.
- Risco de despesas administrativas, onde a Companhia tem que arcar com despesas em séries não comercializadas em sua totalidade. Atualmente esse tipo de risco é gerenciado no momento do lançamento da série, onde a Companhia realiza um estudo preliminar de viabilidade, que indica o número mínimo de cotas a serem comercializadas para a Companhia não ter prejuízos com despesas administrativas.
- Risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia gerencia esse tipo de risco determinando parâmetros mínimos de rentabilidade estipulados para o gestor dos recursos, sendo a rentabilidade monitorada periodicamente e discutida nas reuniões do Comitê de Investimentos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos; é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos, que compartilham riscos similares, levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

A Administração entende que, no que se refere às operações de capitalização, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera apenas com pagamento único.

Gerenciamento ao risco de crédito

Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela Mapfre Investimentos Ltda., empresa do GRUPO Mapfre, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Risco de Crédito e submete aos

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais.

Ativos financeiros - <i>rating</i>	30/06/2026			31/12/2025		
	AAA	Sem <i>rating</i>	Total	AAA	Sem <i>rating</i>	Total
Títulos públicos de renda fixa (*)	151.091	-	151.091	177.388	-	177.388
Caixa/contas a pagar/receber	-	1	1	-	(6)	(6)
Total	151.091	1	151.092	177.388	(6)	177.382

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 646 (R\$ 7.117 em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

A Companhia baixa um ativo financeiro, total ou parcialmente, quando conclui que não existe expectativa razoável de recuperação, em conformidade com o CPC 48. Essa expectativa é considerada inexistente quando, de forma isolada ou combinada, ocorrerem, entre outros, os seguintes eventos:

- Rebaixamento do *rating* de crédito para níveis considerados de alto risco ou *default*, de acordo com a política interna da Companhia;
- Indícios objetivos de insolvência, liquidação, falência, intervenção regulatória ou recuperação judicial;
- Inadimplência prolongada sem perspectiva de regularização;
- Avaliação econômico-financeira que indique que os custos de recuperação superam os benefícios esperados.

A baixa é efetuada independentemente da existência de ações formais de cobrança ou medidas legais em andamento, uma vez que o *write-off* representa o reconhecimento contábil de que o ativo não é mais recuperável, e não implica perdão da obrigação contratual.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto à incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos quanto às dificuldades na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar obrigações. A Companhia possui política específica que estabelece índices mínimos de liquidez requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa dos compromissos oriundos dos títulos de capitalização.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

Adicionalmente, é reportado mensalmente aos órgãos de governança o nível de liquidez apresentado pela empresa, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

A Companhia acompanha e faz a gestão do risco de liquidez, e desenvolveu metodologia própria baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorrentes das obrigações contratuais dos títulos de capitalização vigentes até a data base do cálculo.

Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento das receitas provenientes das contribuições dos títulos de capitalização utilizadas nas projeções, consideram os certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir, com revisão periódica.

A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho.

As ações para o atingimento de cada faixa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez

$\geq 100\%$

Cumprimento total

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

< 100% - 90%

Zona verde

< 90% - 30%

Zona amarela

< 30%

Zona vermelha

	30/06/2026	31/12/2025
Total a ser coberto (a)	114.270	125.160
Ativos garantidores (b)	151.092	177.382
Fator de risco de liquidez (c)	1,00%	1,00%
Risco de liquidez (d)=(a)*(c)	1.143	1.251
Zona verde	114	125
Zona amarelo	686	751
Zona vermelho	343	375
Provisão a cobrir + Risco de liquidez (e)=(a)+(d)	115.413	126.411
Índice de liquidez (b)/(e)	1,31	1,40
Suficiência (b)-(e)	35.679	50.971
Classificação do nível de liquidez	Cumprimento total	Cumprimento total

Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de capitalização, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam os mesmos. Para estimar os fluxos de caixa dos ativos foram utilizadas as suas taxas contratadas, levando-se em consideração as características de papel e o cenário macroeconômico vigente. O passivo foi calculado por meio de premissas atuariais de acordo com as características de cada produto.

Para cumprimento do ALM, a companhia possui ativos classificados nas categorias valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio dos resultados, que podem ser utilizadas de forma estratégica em situações que exigem liquidez em faixas específicas, contribuindo diretamente para a gestão eficiente do ALM da Companhia.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)	Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 ano	119.744	105.553	114.736	113.984
Fluxo de 1 a 5 anos	30.368	12.085	61.073	15.416
Fluxo acima de 5 anos	1.040	-	1.683	-
Total	151.152	117.638	177.492	129.400

(*) O fluxo de ativos considera o caixa e as estimativas dos fluxos das aplicações financeiras. As aplicações classificadas nas categorias valor justo por meio do resultado e valor justos por meio de outros resultados abrangentes, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia. Foram consideradas em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 14.704 como ativos de liquidez imediata na composição do fluxo de ativos até 1 ano.

(**) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas, e os débitos das operações com capitalização.

Risco de mercado

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Risco de mercado representa alterações nos preços de ativos financeiros, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que afetam os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições desses ativos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno dos investimentos.

A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Mapfre Investimentos Ltda. com base em cenários de *stress*, *Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*.

O modelo de *VaR* é aplicado à carteira da Companhia, utilizando-se de *VaR* paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 (um) dia útil.

Considerado o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 (um) dia é de 29 (76 em 31 de dezembro de 2025) frente a uma carteira de ativos de R\$ 151.092 (R\$ 177.382 em 31 de dezembro de 2025) contemplando as carteiras administradas e os fundos valor justo.

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras administradas e aos fundos dos quais mantém participação. O prazo médio apresentado é de 0,73 (0,92 ano em 31 de dezembro de 2025) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO Mapfre, sendo revisado, anualmente, pelo Comitê de Investimentos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i*. Taxa de juros; e *ii*. Cupons de títulos indexados a índices de inflação nas posições ativas e passivas da Companhia.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro considerado a valor justo de R\$ 151.092 (R\$ 177.382 em 31 de dezembro de 2025), incluindo operações compromissadas.

30/06/2026

31/12/2025

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Fator de risco	Impacto no patrimônio líquido/resultados	Impacto no patrimônio líquido/resultados
	(bruto de impostos)	(bruto de impostos)
Taxa de juros e cupons		
a) Elevação de taxas	(701)	(1.299)
b) Redução de taxas	727	1.345

Parâmetros: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A avaliação do risco operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio dessa ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e
- Padrões éticos.

Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mapeamento de processos com a identificação de riscos e controles, os quais, são geridos dentro de uma Matriz Única de Riscos e Controles que apresenta o retrato dos processos quanto aos principais riscos expostos e controles existentes.

Outro mecanismo de avaliação se refere à avaliação de *Compliance* realizada para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

com as normas dos órgãos reguladores e instruções internas (políticas, normativos e procedimentos).

A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório.

Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

De acordo com a Resolução CNSP nº 416 de 20 de julho de 2021, e alterações posteriores, as entidades devem manter a Estrutura de Gestão de Riscos – EGR, incluindo os riscos:

- Subscrição;
- Crédito;
- Mercado;
- Liquidez;
- Operacional; e
- Plano de Continuidade de Negócios.

Consideramos, também, além dos riscos mencionados acima, os seguintes riscos:

- Cibernético;
- Conformidade;
- Estratégico;
- Legal;
- Tecnologia da Informação; e
- Ambiental, Social e de Governança.

Foi constituído o Comitê de Riscos e implementadas Políticas de Controles Internos.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Gestão de capital

No âmbito de Gestão de capital no médio e longo prazo, a Companhia deve manter, de maneira contínua, uma quantia de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Companhia.

A Companhia tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado – PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido - CMR, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco – CR calculado. Respeitando os níveis do PLA, para qualidade de cobertura do CMR, observando:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido (a)	32.896	43.944
Despesas antecipadas	(36)	(6)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	-	(409)
Ativos intangíveis	(44)	(110)
1. Ajustes contábeis (b)	(80)	(525)
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	-	-
PLA - Nível 1	31.261	41.799
PLA - Nível 2	-	-
PLA - Nível 3	1.555	1.620
Subtotal PLA - Nível (d)	32.816	43.419
Limitador CMR - PLA Nível 1	31.261	41.799
Limitador CMR - PLA Nível 2	-	-
Limitador CMR - PLA Nível 3	1.555	1.620
Subtotal PLA - Limitador (e)	32.816	43.419
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)	-	-

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

4. PLA (Total) = PL + ajustes contábeis + ajustes econômicos + ajustes do excesso de nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	32.816	43.419
5. Capital Mínimo Requerido		
Capital base (CB)	10.800	10.800
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	2.613	3.256
Capital de risco de subscrição	1.592	1.588
Capital de risco de crédito	410	763
Capital de risco operacional	1.039	1.015
Limite capital de risco operacional (30% dos demais)	(436)	(264)
Capital de risco de mercado	467	930
Correlação entre os riscos	(459)	(776)
Capital mínimo requerido (h)	10.800	10.800
Suficiência de capital (i = g - h)	22.016	32.619
Suficiência de capital (i / h)	203,85%	302,03%
Índice de solvência (j = g / h)	3,04	4,02

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Caixa e bancos	9	3
Equivalente de caixa (*)	51	97
Total	60	100

(*) Aplicações automáticas de liquidez imediata.

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos. Os títulos e valores mobiliários classificados como “mensurados a valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento				Ativos			Ajuste ao valor justo	Total			
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo		30/06/2026	%	31/12/2025	%
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)		(E)		(H)	
Mensuradas a valor justo por meio do resultado		646	30.043	-	1	30.690	30.669	30.690	21	30.690	20%	62.451	35%
Fundos de investimentos		646	30.043	-	1	30.690	30.669	30.690	21	30.690	100%	62.451	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	30.043	-	-	30.043	30.022	30.043	21	30.043	98%	55.340	89%
Operações compromissadas (*)	2	646	-	-	-	646	646	646	-	646	2%	7.117	11%
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	-	1	1	1	1	-	1	0%	(6)	0%
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		118.941	-	1.461	-	120.402	121.018	120.402	(616)	120.402	80%	114.931	65%
Carteira administrada		118.941	-	1.461	-	120.402	121.018	120.402	(616)	120.402	100%	114.931	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	22.264	-	-	-	22.264	22.908	22.264	(644)	22.264	18%	21.980	19%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	1.461	-	1.461	1.505	1.461	(44)	1.461	1%	2.331	2%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	96.677	-	-	-	96.677	96.605	96.677	72	96.677	81%	90.620	79%
Total		119.587	30.043	1.461	1	151.092	151.687	151.092	(595)	151.092	100%	177.382	100%
Circulante										149.631		153.071	
Não circulante										1.461		24.311	

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia se baseia em dados de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período.

c) Determinação do valor justo

Os valores justos das aplicações em fundos de investimento são obtidos a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

d) Taxa de juros contratada

	30/06/2026		31/12/2025	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,51%	7,36%	7,51%	7,36%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	7,35%	7,35%	7,35%	7,35%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	14,10%	14,10%	14,10%	14,10%
Operações compromissadas (*)	14,12%	14,12%	14,87%	14,87%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

	31/12/2025	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	30/06/2026
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	62.451	21.159	(56.577)	-	3.657	30.690
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	114.931	212	(2.100)	428	6.931	120.402
Total	177.382	21.371	(58.677)	428	10.588	151.092

	01/01/2025	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	30/06/2025
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	168.239	24.843	(47.900)	-	9.695	154.877
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	24.402	-	(1.202)	1.317	1.578	26.095
Total	192.641	24.843	(49.102)	1.317	11.273	180.972

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

O saldo de títulos e créditos a receber refere-se a valores decorrentes do compartilhamento entre empresas do Grupo, rateio das áreas corporativas, estruturas compartilhadas, tecnologia da

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

informação, localização, jurídico e marketing totalizando R\$ 2.428 em 30 de junho de 2026 (R\$ 7.370 em 31 de dezembro de 2025).

8. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor residual	31/12/2025	Amortização	30/06/2026
Desenvolvimento de <i>softwares</i>	14% a 20%	1.186	(1.142)	44	110	(66)	44

	Taxa anual de amortização	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor residual	01/01/2025	Amortização	30/06/2025
Desenvolvimento de <i>softwares</i>	14% a 20%	1.186	(958)	228	347	(119)	228

9. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	30/06/2026	31/12/2025
Participação nos lucros a pagar	2.850	3.818
Fornecedores	273	134
Dividendos a pagar	-	2.442
Compartilhamento de gastos (vide nota 7)	170	3.790
Outras obrigações a pagar	45	27
Total	3.338	10.211

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda	1.259	3.793
Antecipação de imposto de renda	(563)	(1.415)
Contribuição social	856	2.461
Antecipação de contribuição social	(326)	(676)
COFINS	55	108
PIS	9	18
Total	1.290	4.289

11. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO

Referem-se a valores de devoluções de títulos de capitalização R\$ 465 (R\$ 463 em 31 de dezembro de 2025).

12. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	30/06/2026						
	Provisão matemática para capitalização - PMC	Provisão para resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão para distribuição de bônus - PDB	Provisão complementar de sorteio - PCS	Provisão de receitas diferidas - PRD
Saldo inicial	106.402	1.700	1.369	12.113	36	515	125.160
Constituição de provisão	57.960	-	8.797	9.952	83	2.509	88.378
Atualização monetária e juros	3.913	20	8	101	-	-	4.042
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(11.292)	-	-	(11.292)
Pagamento de resgates	-	(68.825)	-	-	-	-	(68.825)
Títulos cancelados	(1.260)	-	-	-	-	-	(1.260)

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Apropriação de receita diferida	-	-	-	-	-	-	(8.721)	(8.721)
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(9.856)	-	-	(2.685)	-	(12.541)
Transferência de provisão de resgates antecipados	(22.794)	22.794	-	-	-	-	-	-
Transferência de provisão de resgates vencidos	(46.424)	46.424	-	-	-	-	-	-
Transferência de provisão para distribuição de bônus	-	2	-	-	(2)	-	-	-
Decremento bônus	-	-	-	-	(68)	-	-	(68)
Outras reversões	1	(109)	-	(495)	-	-	-	(603)
Saldo final	97.798	2.006	318	10.379	49	339	3.381	114.270

30/06/2025

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para Sorteios a Realizar - PSR	Provisão para Sorteios a Pagar - PSP	Provisão para Distribuição de Bônus - PDB	Provisão complementar de sorteio - PCS	Provisão de Receitas Diferidas - PRD	Total das Provisões
Saldo inicial	116.620	3.050	991	28.120	39	436	4.655	153.911
Constituição de provisão	55.362	-	8.437	8.856	92	2.733	7.595	83.075
Atualização monetária e juros	4.255	25	6	220	-	-	-	4.506
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(16.826)	-	-	-	(16.826)
Pagamento de resgates	-	(66.121)	-	-	-	-	-	(66.121)
Títulos cancelados	(1.240)	-	-	-	-	-	-	(1.240)
Apropriação de receita diferida	-	-	-	-	-	-	(8.315)	(8.315)
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(8.835)	-	-	(2.661)	-	(11.496)
Transferência de provisão de resgates antecipados	(23.138)	23.138	-	-	-	-	-	-
Transferência de provisões de resgates vencidos	(43.390)	43.390	-	-	-	-	-	-
Transferências PDB	-	2	-	-	(2)	-	-	-
Outras reversões	-	(1)	1	(26)	(75)	-	-	(101)
Saldo final	108.469	3.483	600	20.344	54	508	3.935	137.393

13. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	30/06/2026	31/12/2025
Provisões técnicas	114.270	125.160
Total a ser coberto	114.270	125.160
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	30.690	62.451
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	120.402	114.931
Total de ativos garantidores	151.092	177.382
Suficiência	36.822	52.222

14. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição das ações judiciais de natureza fiscais e cíveis por probabilidade de perda

	30/06/2026			31/12/2025		
	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão
Cíveis	7	199	104	10	220	134
Provável	5	104	104	9	134	134
Possível	2	95	-	1	86	-
Fiscais	1	2.187	-	1	1.962	-
Possível	1	2.187	-	1	1.962	-
Total	8	2.386	104	11	2.182	134

b) Movimentação

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

	Cíveis	
	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	134	454
Constituições/Reversões	(35)	4
Pagamentos	(2)	(40)
Atualização monetária	7	28
Saldo final	104	446

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de saídas com estimativas de até 5 (cinco) anos para desembolsos.

O critério de atualização das provisões judiciais foi alterado em dezembro de 2025 para enquadramento do disposto na Lei nº 14.905/2024, bem como alinhado à entendimentos jurisprudenciais, entendendo como melhor enquadramento para todas as ações judiciais em andamento, o indexador IPCA para atualização monetária e o fator da Taxa Legal (SELIC - IPCA) para cômputo dos juros de mora. A aplicabilidade ocorreu para as ações judiciais em estoque, originadas antes ou depois da entrada em vigor da referida Lei.

Cíveis - Valores em risco decorrentes de processos judiciais excluídos os que não estejam relacionados às condições gerais dos produtos comercializados, incluindo danos morais (quando não relacionados à operação de capitalização).

Fiscais - A Companhia possui discussão judicial tributária e, amparada por seus assessores jurídicos classifica a probabilidade de perda desta ação em “provável”, “possível” e “remota”, para fins de provisionamento contábil. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e para a data base de 30 de junho de 2026, a Companhia não possui registro contábil de contingência uma vez que não houve avaliação de “provável” para as suas ações judiciais.

PIS/COFINS - Discute judicialmente a base de cálculo de PIS/COFINS, com base na Lei 12.973 de 13 de maio de 2014, com o entendimento de que a incidência de referidos tributos se dá apenas sobre quotas de carregamento de títulos de capitalização. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. A probabilidade de perda classificada como possível no valor de R\$ 2.187 (R\$ 1.962 em 31 de dezembro de 2025).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 15.000 e está representado por 13.846.989 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

Reserva de investimentos

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Conforme previsto no Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal, e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio serão transferidas à conta de reserva de investimentos.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Compreende o ajuste a valor justo a redução ao valor recuperável dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

d) Dividendos intermediários

Conforme previsto no Estatuto Social a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários, oriundos da reserva de investimentos, à acionista da Companhia, no montante de R\$ 15.000 em reunião realizada em 1º de junho de 2026.

16. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	30/06/2026	30/06/2025
a) Contribuição com títulos de capitalização	73.382	70.096
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	65.497	62.556
Contribuição - Quotas de carregamento	7.885	7.540
b) Variação da receita diferida	(356)	720
Reversão de receita diferida (PRD)	8.721	8.315
Constituição da provisão de receita diferida (PRD)	(9.077)	(7.595)
c) Variação das provisões para resgate	(56.715)	(54.139)
Constituição de provisão matemática para capitalização (PMC)	(57.960)	(55.362)
Cancelamentos de provisão matemática para capitalização (PMC)	1.260	1.240
Variação das provisões técnicas	(15)	(17)
d) Resultado com sorteio	(8.717)	(8.530)
Variação da provisão de sorteios a pagar	1.235	326
Variação da provisão de sorteios a realizar	(9.952)	(8.856)
e) Custos de aquisição	(1.768)	(1.539)
Comissões	(1.658)	(1.444)
Outros custos	(110)	(95)
f) Outras receitas e despesas operacionais	631	15
Títulos prescritos	534	-
Contingências cíveis	35	(4)
Outras receitas e despesas	62	19
g) Despesas administrativas	(5.941)	(5.378)
Pessoal próprio	(3.281)	(2.869)
Serviços de terceiros	(981)	(917)
Localização e funcionamento	(259)	(271)
Publicações	(5)	(103)
Donativos e contribuições	(18)	(17)
Compartilhamento de despesas (*)	(1.391)	(1.181)
Outras despesas administrativas	(6)	(20)
(*) Refere-se a compartilhamento de despesas e receitas do GRUPO Mapfre.		
h) Despesas com tributos	(585)	(600)
COFINS	(327)	(327)

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Taxa de fiscalização	(193)	(193)
PIS	(53)	(53)
Outros	(12)	(27)
i) Resultado financeiro	6.483	6.671
Receitas financeiras	10.656	11.289
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	3.657	9.695
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6.931	1.578
Redução ao valor recuperável	4	-
Outras receitas financeiras eventuais	64	16
Despesas financeiras	(4.173)	(4.618)
Despesas financeiras com provisões técnicas	(4.042)	(4.506)
Redução ao valor recuperável	-	(3)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(7)	(28)
Outras despesas financeiras	(124)	(81)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO**a) Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

	30/06/2026		30/06/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido	Imposto de renda	Contribuição social sobre o lucro líquido
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	6.116	6.116	7.094	7.094
Adições e exclusões permanentes	(41)	(41)	49	49
Adições e exclusões temporárias	(990)	(990)	(1.185)	(1.185)
Resultado fiscal do semestre	5.085	5.085	5.958	5.958
Tributos calculados pela alíquota nominal	(1.259)	(835)	(1.477)	(894)
Tributos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	(248)	(70)	(296)	(178)
Efeito da majoração da CSLL de 15% para 17,5%	-	(23)	-	-
Incentivos fiscais	-	-	49	-
Outros ajustes	2	1	3	2
Tributos sobre o lucro do semestre	(1.505)	(927)	(1.721)	(1.070)
Alíquota efetiva	24,61%	15,16%	24,27%	15,08%

b) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

Ativo	01/01/2026	Constituições	Reversões	30/06/2026
Tributos a compensar	2	1	-	3
Tributos sobre salário-maternidade	-	114	-	114
Total ativo circulante	2	115	-	117

Ativo e passivo

Diferenças temporárias:

Ajustes de títulos a valor justo TVM	418	103	(259)	262
Contingências cíveis	54	14	(24)	44
Provisão para participação nos lucros	1.527	550	(866)	1.211
Provisão para riscos de crédito	(4)	24	(20)	-
Outras provisões	-	-	4	4
Total ativo e passivo não circulante	1.995	691	(1.165)	1.521

Ativo	01/01/2025	Constituições	Reversões	30/06/2025
Tributos a compensar	1	1	-	2
Total ativo circulante	1	1	-	2

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

Ativo e passivo

Diferenças temporárias:

Ajustes de títulos a valor justo TVM	1.205	-	(527)	678
Contingências cíveis	182	27	(31)	178
Provisão para participação nos lucros	1.450	3.778	(4.252)	976
Provisão para riscos de crédito	(9)	7	(1)	(3)
Total ativo e passivo não circulante	2.828	3.812	(4.811)	1.829

18. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona diretamente aos seus colaboradores um plano de previdência complementar, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, empresas que compõem o GRUPO Mapfre, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

		30/06/2026				31/12/2025				30/06/2025			
		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Brasilseg Companhia de Seguros (2)	Coligada	-	5	22	(13)	-	6	17	(10)	-	-	-	-
MAC Investimentos S.A. (1)	Coligada	6	-	30	(1)	11	-	27	-	-	-	-	-
Mapfre Brasil Participações S.A. (1)	Acionista indireta	6	38	120	(350)	20	31	147	(346)	-	-	-	-
Mapfre Investimentos Ltda. (1)	Coligada	7	10	53	(77)	39	26	80	(60)	-	-	-	-
Mapfre Participações S.A. (3)	Acionista direta	-	-	-	-	-	2.442	-	-	-	-	-	-
Mapfre Previdência S.A. (1)	Coligada	8	74	180	(775)	81	143	272	(871)	-	-	-	-
Mapfre Seguros Gerais S.A. (1)/(2)	Coligada	2.121	12.750	40.409	(20.265)	6.124	18.112	40.289	(21.682)	-	-	-	-
Mapfre Vida S.A. (1)/(2)	Coligada	258	435	3.787	(1.934)	1.017	1.055	4.150	(2.397)	-	-	-	-
MAWDY Ltda. (1)	Coligada	17	1	83	(23)	63	-	299	(124)	-	-	-	-
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	Coligada	3	-	15	(2)	7	(1)	18	(3)	-	-	-	-
Vera Cruz Consultoria Técnica e	Coligada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração de Fundos Ltda. (1)	Coligada	3	7	34	(64)	8	5	34	(49)	-	-	-	-
Total		2.429	13.320	44.733	(23.504)	7.370	21.819	45.333	(25.542)				

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da Mapfre Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) localização; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO Mapfre.

2) Refere-se à venda de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros.

3) Refere-se à distribuição de dividendos.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, a remuneração da Administração, compreendendo honorários, benefícios, bônus, participação nos lucros e incentivos a médio prazo. Os valores à remuneração da Administração são pagos pelas empresas do GRUPO Mapfre.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa Mapfre Participações S.A., nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, tendo alcance sobre a Companhia.

b) Honorários de auditores independentes

Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Mapfre S.A. (ES).

Mapfre Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais)

* * *

Diretoria

Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves – Diretor Presidente

André Conde Caselli – Diretor Executivo de Tecnologia

Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux – Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade

Ana Paula Berniz Pin Modesto – Diretora Executiva de Recursos Humanos

Luiz Fernando Padial de Camargo – Diretor Executivo Técnico

Simone Pereira Negrão – Diretora Executiva Jurídica e Secretária Geral Brasil

Contador

Márcio Vincenzi Jager

CRC 1SP 258226/O-1

Atuária

Vera Lucia Fernandes Lopes

MIBA 817

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A. é um órgão estatutário permanente de assessoramento do Conselho de Administração. Atua de forma independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto de documentos que compõem as Demonstrações Financeiras e avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos e das Auditorias Independente e Interna.

É constituído atualmente por 4 (quatro) membros efetivos independentes e instituído na Empresa Líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução nº 432, de 12 de novembro de 2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

A atuação do Comitê alcança as seguintes Empresas: Mapfre Capitalização S.A., Mapfre Previdência S.A., Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Vida S.A.

Os Administradores da Empresa Líder e de suas Subsidiárias são responsáveis por elaborar, aprovar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter Sistemas de Controles Internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades relativamente às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna realiza trabalhos periódicos, supervisionados pelo Comitê de Auditoria, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos atos de gestão e dos controles internos, procedimentos e Políticas.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria independente das Demonstrações Financeiras das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Sua atuação deve obedecer às normas concernentes às atividades dos auditores independentes emanadas das autoridades brasileiras e, conforme o caso, estrangeiras.

Principais Atividades

O Comitê reúne-se bimestralmente ou quando necessário for e faz diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, Gestores de Riscos e de Controles Internos e Auditorias Interna e Externa. O conteúdo das reuniões está registrado em atas, o que resumidamente detalha o cumprimento dos deveres do Comitê de Auditoria.

Nas reuniões de trabalho com Administradores, executivos e técnicos das diversas áreas das Empresas supervisionadas, o Comitê abordou neste semestre, em especial, assuntos relacionados à preparação das Demonstrações Financeiras, o Sistema de Controles Internos, Riscos e Conformidade, processos contábeis, critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e de riscos, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, Plano de Negócios, Políticas Corporativas, Relatórios de Ouvidoria, Sustentabilidade. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos à gestão das Empresas objeto dos trabalhos.

MAPFRE Participações S.A.

CNPJ/MF 12.264.857/0001-06

A partir da interação com as equipes das Auditorias Interna e Independente, verificou e debateu os planejamentos, tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos executados por ambas as equipes de auditoria e examinou as conclusões e recomendações.

Consideradas as informações recebidas das áreas responsáveis, dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê não constatou a existência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das Empresas abrangidas.

As Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório da Administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. foram avaliadas pelo Comitê de Auditoria que discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos de modo a formar a sua própria opinião sobre tais Demonstrações Financeiras.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e presentes as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) A Auditoria Interna atua de forma efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade compatível com os serviços prestados;
- b) As atividades da Auditoria Externa e suas conclusões também são base para a opinião do Comitê acerca da integridade das Demonstrações Financeiras em relação às quais não foram identificadas ocorrências materiais e não se verifica comprometimento à independência dos trabalhos desenvolvidos; e
- c) As Demonstrações Financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. foram aprovadas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Empresas em 30 de junho de 2026 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

Adilson José Cardoso Pereira

Membro Titular

Heloísa Belotti Bedicks

Coordenadora e
Membro Titular

Luiz Cláudio Ligabue

Membro Titular

Rosana Passos de Padua

Membro Titular